



Bela Vista
Geração de Energia

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2025**

Bela Vista Geração de Energia S.A.

CNPJ Nº 32.116.582/0001-62

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossungê - Curitiba – PR, CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	4
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. Contexto Operacional	12
2. Base de Preparação	12
3. Políticas Contábeis Materiais	13
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5. Clientes	16
6. Imobilizado	16
7. Intangível	17
8. Tributos	17
9. Fornecedores	18
10. Provisões para litígios e passivos contingentes	18
11. Patrimônio Líquido	19
12. Receita Operacional Líquida	19
13. Custos e Despesas Operacionais	20
14. Resultado Financeiro	20
15. Imposto de renda e contribuição social	20
16. Instrumentos Financeiros	21
17. Partes Relacionadas	21
18. Seguros	22
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	23
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Bela Vista Geração de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista, Companhia) foi constituída em 06.11.2018, nos termos de seu Estatuto Social e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

1.1. Bela Vista em números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	31.12.2025	31.12.2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	251.721	245.173	2,7
Caixa e equivalentes de caixa	72.625	55.027	32,0
Receita operacional bruta	41.250	37.192	10,9
Deduções da receita	(1.506)	(1.358)	10,9
Receita operacional líquida (ROL)	39.744	35.834	10,9
Custos e despesas operacionais	(24.164)	(22.150)	9,1
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	15.580	13.684	13,9
Ebitda ou Lajida (a)	26.982	25.077	7,6
Resultado financeiro	8.586	4.473	92,0
IRPJ/CSLL	4.171	2.628	58,7
Lucro operacional	24.166	18.157	33,1
Lucro líquido do exercício	19.995	15.529	28,8
Patrimônio líquido	240.638	236.456	1,8
Dividendos	18.995	14.753	28,8
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	12,2	11,0	10,9
Liquidez geral (índice)	7,0	6,9	1,4
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	67,9	70,0	(3,0)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	60,8	50,7	19,9
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	50,3	43,3	16,2
Participação de capital de terceiros (%)	4,4	3,6	22,2
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	8,3	6,6	25,8

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido + Patrimônio Líquido

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Bela Vista, como subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]³, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

2.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website: <https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

2.2. Dimensão Social

A Bela Vista, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

• Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

2.3. Dimensão Ambiental

A Bela Vista, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, atua de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O empreendimento, com 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios, contempla uma Pequena Central Hidrelétrica localizada - PCH construída no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A PCH Bela Vista começou a operar no primeiro semestre de 2021 e a energia produzida é encaminhada para o sistema através de uma linha de distribuição de alta-tensão de 138 mil Volts (kV) até a subestação da Copel Distribuição S.A. em Dois Vizinhos, também no Sudoeste, numa extensão de 18,4 km. Em 2023, foi concluída a implantação da quarta unidade geradora, que entrou em operação comercial em 07.06.2023, de forma antecipada ao prazo de suprimento dos contratos de venda de energia elétrica comercializados no 28º Leilão de Energia Nova (Leilão Aneel nº 003/2018).

O empreendimento possui baixo impacto ambiental com reservatório de 2,85 km² (284,88 ha) para o nível de água máximo normal, sendo que desta área, aproximadamente 1,77 km² (177,33 ha) pertencem à calha natural do Rio Chopim, resultando em uma área efetivamente alagada de 1,08 km² (108 ha), ou seja, um incremento de área molhada de apenas 38%, aproximadamente, em relação à situação original.

A obra beneficia cerca de 100 mil consumidores com energia elétrica, reforçando a disponibilidade de energia do parque gerador da Copel. Adicionalmente, durante a implantação da usina, foi construída uma ponte rodoviária de 200 metros sobre o Rio Chopim como contrapartida para a comunidade do entorno, contribuindo para melhorar o escoamento da produção agrícola entre São João e Verê.

Usina em operação em 31.12.2025 – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Venci-mento de Outorga
PCH Bela Vista	29,8	18,6	100%	29,8	18,6	12.06.2021	06.01.2041
	29,8	18,6		29,8	18,6		

Garantia Física Realizada e Esperada

Garantia física GWh/ano proporcional	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
PCH Bela Vista	163,5	163,0	163,0	163,0	163,5	163,0	163,0
Total	163,5	163,0	163,0	163,0	163,5	163,0	163,0

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usinas	Modelo de Negócio em 1º/jan/2025	Preço no ACR em 1º/jan/2025	Data e índice de reajuste no ACR
PCH Bela Vista	79% ACR e 21% ACL até 31.12.2053	Médio: R\$ 274,8 / MWh	IPCA em 01/jan

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2025, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 3.910, representando 10,9% de aumento em relação a 2024, devido principalmente a melhora do preço médio de venda de energia principalmente nas vendas dos contratos bilaterais com as empresas do grupo.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2025, os Custos e Despesas Operacionais tiveram acréscimo de R\$ 2.013, representando 9,1% de aumento em relação a 2024 devido principalmente o aumento da energia elétrica comprada para revenda junto à CCEE.

	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Energia elétrica comprada para revenda	5.885	4.354	1.531	35,2
Encargos de uso da rede elétrica	1.440	1.379	61	4,4
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	443	656	(213)	(32,5)
Material	142	204	(62)	(30,4)
Serviços de terceiros	3.710	3.446	264	7,7
Depreciação e amortização	11.402	11.393	9	0,1
Taxa de fiscalização da Aneel	570	38	532	1.400,0
Outros custos e despesas operacionais	572	681	(109)	(16,0)
	24.164	22.151	2.013	9,1

4.3. EBITDA ou LAJIDA

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	19.995	15.529
Despesas com tributos sobre os lucros	4.171	2.628
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(8.586)	(4.473)
Lajir/Ebit	15.580	13.684
Depreciação e Amortização	11.402	11.393
Lajida/Ebitda	26.982	25.077
Receita Operacional Líquida - ROL	39.744	35.834
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	67,89 %	69,98 %

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 4.113 devido principalmente ao aumento da renda de aplicações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.625	55.027
Clientes	5	3.953	4.118
Imposto de renda e contribuição social	8	1.317	907
Outros tributos a recuperar	8	—	8
Despesas antecipadas		81	355
		77.976	60.415
Imobilizado	6	169.356	180.931
Intangível	7	4.389	3.827
		173.745	184.758
TOTAL DO ATIVO		251.721	245.173

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	17	109	141
Fornecedores	9	677	718
Imposto de renda e contribuição social	8	571	368
Outras obrigações fiscais	8	165	177
Dividendos a pagar	11.3	4.749	3.688
Outras contas a pagar		106	404
		6.377	5.496
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.475	1.679
Outras contas a pagar		2	—
Provisões para litígios	10	2.229	1.542
		4.706	3.221
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	223.913	223.913
Reserva legal	11.2	2.479	1.479
Dividendo adicional proposto	11.3	14.246	11.064
		240.638	236.456
TOTAL DO PASSIVO		251.721	245.173

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	39.744	35.834
Custos Operacionais	13	(22.358)	(20.852)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		17.386	14.982
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	13	1	–
Despesas gerais e administrativas	13	(1.110)	(1.139)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(697)	(159)
		(1.806)	(1.298)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		15.580	13.684
Resultado Financeiro	14		
Receitas financeiras		8.600	4.428
Despesas financeiras		(14)	45
		8.586	4.473
LUCRO OPERACIONAL		24.166	18.157
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15		
Imposto de renda e contribuição social		(3.375)	(1.814)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(796)	(814)
		(4.171)	(2.628)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.995	15.529
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	11.4	0,08930	0,06936

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.995	15.529
Outros resultados abrangentes	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	19.995	15.529

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal			
Saldo em 1º de janeiro de 2024		223.913	703	4.655	—	229.271
Deliberação do dividendo adicional proposto		—	—	(4.655)	—	(4.655)
Lucro do exercício		—	—	—	15.529	15.529
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	11.2	—	776	—	(776)	—
Dividendos mínimo obrigatório	11.3	—	—	—	(3.689)	(3.689)
Dividendo adicional proposto	11.3	—	—	11.064	(11.064)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		223.913	1.479	11.064	—	236.456
Lucro do exercício		—	—	—	19.995	19.995
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	(11.064)	—	(11.064)
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva Legal	11.2	—	1.000	—	(1.000)	—
Dividendos mínimo obrigatório	11.3	—	—	—	(4.749)	(4.749)
Dividendo adicional proposto	11.3	—	—	14.246	(14.246)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		223.913	2.479	14.246	—	240.638

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		19.995	15.529
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias		13	(47)
Imposto de renda e contribuição social		3.375	1.814
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	796	814
Depreciação e amortização	13	11.402	11.392
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	13	570	38
		36.151	29.540
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		166	(1.044)
Imposto de renda e contribuição social		(410)	(416)
Outros tributos a recuperar		8	20
Despesas antecipadas		274	51
Depósitos judiciais		—	218
		38	(1.171)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(32)	(97)
Fornecedores		(41)	131
Outras obrigações fiscais		(12)	(323)
Outras contas a pagar		(295)	(42)
Provisões para litígios quitadas	10.1	(66)	—
		(446)	(331)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		35.743	28.038
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.172)	(1.724)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		32.571	26.314
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de intangível	7.1	(92)	—
Aquisições de imobilizado	6.1	(129)	(80)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(221)	(80)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(14.752)	(6.206)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(14.752)	(6.206)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17.598	20.028
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	55.027	34.999
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	72.625	55.027
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17.598	20.028

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Bela Vista Geração de Energia S.A. (Bela Vista ou Companhia), com sede na Rua Jose Isidoro Biazetto, 158, Curitiba - PR, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como sociedade anônima de capital fechado, em 06.11.2018. Tem como objeto social a exploração da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Bela Vista, bem como a geração, conexão com o sistema elétrico e comercialização da energia gerada a partir da exploração desse empreendimento hidrelétrico localizado no Rio Chopim, Estado do Paraná, por meio da REA nº 7802/2019 com prazo final da autorização em 06.01.2041. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A PCH Bela Vista tem 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios. A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia teve início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA. As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019 e a entrada em operação comercial das três principais unidades geradoras ocorreu em 12.06.2021, 12.07.2021 e 15.08.2021. A entrada em operação da central geradora (Stream Diver) de 0,488 MW médios, foi liberada para início da operação em teste a partir de 28.02.2023, entrando em operação comercial em 07.06.2023.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 24.03.2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.2 e 6 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.3 e 6 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.4 e 7 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.5 e 10 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 - Reconhecimento da receita: estimativa de valores não faturados;

- NEs nº 3.9 e 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis. Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado periodicamente e em caso de reversão de perdas estimadas em exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4. Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além de servidões de passagem que são amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao período da concessão

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos e estimativas de preço e volume.

3.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.9. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	1.560	1.750
Aplicações financeiras de liquidez imediata	71.065	53.277
	72.625	55.027

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96,0% e 98,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos há 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
Leilão de energia	3.946	7	3.953	3.899
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	-	-	-	220
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	-	(1)
	3.946	7	3.953	4.118

6. Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais para a geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	75.991	(17.785)	58.206	75.992	(13.905)	62.087
Máquinas e equipamentos	85.630	(19.569)	66.061	85.592	(15.147)	70.445
Edificações	36.394	(8.497)	27.897	36.347	(6.641)	29.706
Terrenos	20.982	(4.825)	16.157	20.982	(3.749)	17.233
	218.997	(50.676)	168.321	218.913	(39.442)	179.471
Em curso						
Custo	1.035	-	1.035	1.460	-	1.460
	1.035	-	1.035	1.460	-	1.460
	220.032	(50.676)	169.356	220.373	(39.442)	180.931

6.1. Mutação do imobilizado

	1º.01.2025	Aquisições	Depreciação	Transf. Litígios	Transferências	31.12.2025
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	62.087		(3.880)	-	-	58.207
Máquinas e equipamentos	70.443	-	(4.422)	-	38	66.059
Edificações	29.708	-	(1.857)	-	-	27.851
Terrenos	17.234	-	(1.077)	-	48	16.205
	179.472	-	(11.236)	-	86	168.322
Em curso						
Custo	1.459	129	-	(468)	(86)	1.034
	1.459	129	-	(468)	(86)	1.034
	180.931	129	(11.236)	(468)	-	169.356

	1º.01.2024	Aquisições	Depreciação	Transf. Litígios	Transferências	31.12.2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	65.967	–	(3.880)	–	–	62.087
Máquinas e equipamentos	74.830	–	(4.419)	–	32	70.443
Edificações	31.565	–	(1.857)	–	–	29.708
Terrenos	18.139	–	(1.069)	–	164	17.234
	190.501	–	(11.225)	–	196	179.472
Em curso						
Custo	584	80	–	(32)	827	1.459
	584	80	–	(32)	827	1.459
	191.085	80	(11.225)	(32)	1.023	180.931

A Administração da Companhia não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2025 e de 2024.

6.2. Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2025	31.12.2024
Geração		
Edificações	5,11	5,11
Equipamento geral	6,25	6,25
Máquinas e equipamentos	5,13	5,13
Geradores	5,17	5,17
Reservatórios, barragens e adutoras	5,11	5,11
Turbina hidráulica	5,19	5,19

Para a usina com regime de exploração de PIE, a totalidade dos ativos, inclusive terrenos, vinculados a usina de geração de energia elétrica hídrica são depreciados e/ou amortizados de forma linear pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil de cada ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão da usina, sem valor residual ao final da concessão.

7. Intangível

	Em serviço	Em curso	Total
Em 1º.01.2024	2.667	2.613	5.280
Transferências - litígios	–	(263)	(263)
Capitalizações para intangível em serviço	146	(146)	–
Quotas de amortização - concessão e autorização (a)	(167)	–	(167)
Transferência para imobilizado	–	(1.023)	(1.023)
Em 31.12.2024	2.646	1.181	3.827
Aquisições	–	92	92
Transferências - litígios	–	636	636
Quotas de amortização - concessão e autorização (a)	(166)	–	(166)
Em 31.12.2025	2.480	1.909	4.389

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

8. Tributos

8.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2025
Passivo não circulante					
Provisão de rendimentos de aplicações financeiras - CDB.	865	814	1.679	796	2.475
	865	814	1.679	796	2.475

8.2. Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.317	907
ICMS a recuperar	—	8
	1.317	915
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	571	368
PIS/Pasep e Cofins a recolher	117	115
Outros tributos	48	62
	736	545

8.3. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

9. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica - CCEE	216	328
Materiais e serviços	226	155
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT	235	235
	677	718

10. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

10.1. Mutações das provisões para litígios

	1º.01.2025	Adições	Variação Monetária	Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	31.12.2025
Trabalhistas	—	66	—	—	(66)	—
Cíveis						
Servidões de passagem	167	—	—	636	—	803
Desapropriações e patrimoniais	1.375	504	15	(468)	—	1.426
	1.542	570	15	168	(66)	2.229

	1º.01.2024	Adições	Reversões	Variação Monetária	Adições / (Reversões) no ativo	31.12.2024
Cíveis						
Cíveis e direito administrativo	284	280	(242)	(45)	(277)	–
Servidões de passagem	153	–	–	–	14	167
Desapropriações e patrimoniais	1.407	–	–	–	(32)	1.375
	1.844	280	(242)	(45)	(295)	1.542

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025 a Companhia não possui passivos contingentes (R\$ 90 em 31.12.2024 que se referiam a servidões de passagem).

11. Patrimônio Líquido

11.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 223.913 (R\$ 223.913 em 31.12.2024) é composto por 223.913.000 (223.913.000 em 31.12.2024) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT.

11.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

11.3. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	19.995	15.529
Reserva legal (5%)	(1.000)	(775)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	18.995	14.754
Dividendos mínimos obrigatórios	4.749	3.689
Dividendos adicionais propostos	14.246	11.064
Total de dividendos	18.995	14.753
Valor do dividendo por ação	0,084832	0,065887

11.4. Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido atribuído à acionista controladora	19.995	15.529
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	223.913.236	223.913.236
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,08930	0,06936

12. Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/Pasep e Cofins	Receita Líquida 31.12.2025	Receita Líquida 31.12.2024
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	35.390	(1.292)	34.098	32.610
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	4.235	(155)	4.080	3.051
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.625	(59)	1.566	173
	41.250	(1.506)	39.744	35.834

13. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda	(5.885)	–	–	–	(5.885)	(4.354)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.440)	–	–	–	(1.440)	(1.379)
Pessoal e administradores	–	–	(389)	–	(389)	(571)
Planos previdenciário e assistencial	–	–	(54)	–	(54)	(85)
Material	(121)	–	(21)	–	(142)	(204)
Serviços de terceiros	(3.107)	–	(603)	–	(3.710)	(3.446)
Depreciação e amortização	(11.401)	–	(1)	–	(11.402)	(11.393)
Provisões e reversões	–	1	–	(571)	(570)	(38)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(404)	–	(42)	(126)	(572)	(681)
	(22.358)	1	(1.110)	(697)	(24.164)	(22.151)

14. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.587	4.420
Outras receitas financeiras	13	8
	8.600	4.428
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária de litígios (NE nº 10.1)	13	(45)
Outras despesas financeiras	1	–
	14	(45)
Líquido	8.586	4.473

15. Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	41.250	41.250	37.192	37.192
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	3.300	4.950	2.975	4.463
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, líquidas de IOF	8.600	8.600	4.428	4.428
(-) Receita Financeira Provisionada	(2.341)	(2.341)	(2.393)	(2.393)
(=) Base de cálculo	9.559	11.209	5.010	6.498
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %		10 %	
Imposto de renda e contribuição social provisionados	2.366	1.009	1.229	585
Receita Financeira Provisionada	2.341	2.341	2.393	2.393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	585	211	598	216

16. Instrumentos Financeiros

16.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	72.625	72.625	55.027	55.027
			72.625	72.625	55.027	55.027
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		3.953	3.953	4.118	4.118
			3.953	3.953	4.118	4.118
Total dos ativos financeiros			76.578	76.578	59.145	59.145
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		677	677	718	718
Total dos passivos financeiros			677	677	718	718

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros é equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

16.2. Gerenciamento dos riscos financeiro

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

16.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	Passivo Total
31.12.2025			
Fornecedores	461	216	677
	461	216	677

17. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladora - Copel GeT								
Dividendos	-	-	4.749	3.689	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	70	105	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	236	236	-	-	1.178	(2.816)
Entidade sob controle em comum								
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	39	36				
Suprimento de energia elétrica	195	185	-	-	1.651	1.579	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	220	-	-	-	3.167	(192)	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(11)	(45)

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

18. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	24.08.2026	143.787
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Curitiba, 24 de março de 2026.

MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO REZENDE
 Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
 Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA
 Contador - CRC-PR-059084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Bela Vista Geração de Energia Elétrica S.A. (Bela Vista), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Bela Vista de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Bela Vista de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Bela Vista Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bela Vista Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Bela Vista Geração de Energia S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

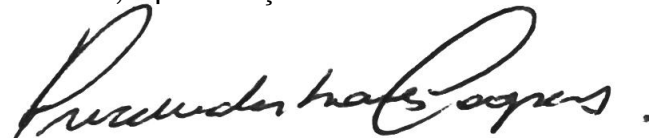
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Bela Vista Geração de Energia S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

